



BOLETIM

Movimento Paulista de Luta Contra a Aids

MOPAIDS

Edição nº8

Janeiro 2025

Queremos a cura da Aids!
Enquanto ela não chega,
seu "remédio" é a solidariedade
e a mobilização para alcançá-la.

A luta contra a Aids não acabou

Desafios e mobilizações
na Cidade de São Paulo

**ATO DE LUTA E ENFRENTAMENTO
HIV - AIDS**

A importância
do cuidado às
PVHA 50+

Prêmio José
Araújo Lima
Filho

O papel das
ONG e
coletivos

MOPAIDS - Movimento Paulistano de Luta Contra a Aids

O Mopaidis visa potencializar ações de políticas de saúde integradas, junto à Coordenadoria de IST/Aids da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, cujo propósito é potencializar críticas e intervenções propositivas da sociedade civil organizada para o debate sobre ações em IST-HIV/Aids.

Sumário

- 03** **Compromisso e prioridades na luta contra o HIV/Aids em São Paulo**
Equipe Mopaidis
- 04** **O compromisso do Executivo com o enfrentamento da Aids e Tuberculose no município de São Paulo**
Eduardo Luiz Barbosa
- 05** **Carta Aberta ao Prefeito Ricardo Nunes**
Equipe Mopaidis
- 06** **A importância do cuidado às pessoas vivendo com HIV e Aids com 50 anos e mais**
Equipe multidisciplinar do CRT DST/Aids-SP
- 08** **A importância do suporte psicossocial para pessoas vivendo com HIV/Aids**
Vanessa Sodrê Marques
- 09** **Prêmio José Araújo Lima Filho celebra ativismo e direitos humanos na luta contra o HIV/Aids**
Equipe Mopaidis
- 12** **Direitos Humanos e HIV: o SUS como garantia de acesso universal ao tratamento**
Cláudio Pereira e Fernanda Nigro
- 13** **O papel fundamental das ONGs e coletivos na luta contra o HIV/Aids e na promoção da saúde pública**
Alisson Barreto
- 15** **Os avanços da cidade de São Paulo na resposta ao HIV/Aids**
Cristina Abbate
- 16** **A prevenção no caminho das pessoas na cidade de São Paulo**
Adriano Queiroz
- 17** **Redução de Danos salva vidas: uma breve história do Centro de Convivência É de Lei**
Michel de Castro Marques e Ana Luiza Uwai



Boletim Mopaidis - Edição nº 8 - Janeiro de 2025

Coordenação
Eduardo Luiz Barbosa

Jornalista Responsável
Talita Martins

Projeto Gráfico
Marcel Reis

Imagens e Fotografias
Freepik, Unsplash
Arquivos institucionais.

Tiragem
1.000 exemplares

Fale com a gente: mopaidis.org.br - mopaidis@gmail.com - @mopaidisp

EDITORIAL

Compromisso e prioridades na luta contra o HIV/aids em São Paulo

A cidade de São Paulo enfrenta desafios históricos no combate à epidemia de HIV/aids, mas também carrega um legado de pioneirismo e inovação em políticas de saúde pública. Este momento de transição política exige que reafirmemos nosso compromisso coletivo com a saúde, os direitos humanos e a equidade no acesso a serviços essenciais.

Com a recente eleição municipal, o Mopaid, em sua missão de mobilizar e representar as demandas da sociedade civil, apresenta neste boletim as pautas prioritárias que precisam de atenção urgente. Desde a necessidade de um comprometimento sólido do novo prefeito em implementar políticas de saúde inclusivas até o papel vital da Câmara Municipal na criação de leis que protejam e ampliem os direitos das pessoas vivendo com HIV/aids, nossos temas refletem as vozes das comunidades mais impactadas.

Olhamos também para as populações vulneráveis e negligenciadas, como pessoas trans e travestis, idosos vivendo com HIV e comunidades periféricas. Esses grupos enfrentam barreiras estruturais que só poderão ser superadas com políticas robustas e diálogo contínuo entre governo, ONGs e sociedade civil organizada.

Outro ponto de destaque é a inovação tecnológica no tratamento e prevenção, que precisa ser acessível a todas as pessoas, sem discriminação. A expansão do acesso à PrEP e à PEP, a ampliação das linhas de cuidado e o fortalecimento do SUS como sistema universal são pilares essenciais para o enfrentamento do HIV/aids na cidade.

Este boletim é um convite ao diálogo e à ação conjunta. Ao novo governo municipal, reforçamos nossa expectativa de políticas que vão além do papel, alcançando as vidas reais das pessoas. À sociedade civil, reafirmamos nosso compromisso em seguir vigilantes, atuantes e propositivos. Somente com união e responsabilidade coletiva poderemos avançar na luta contra o HIV/aids, garantindo dignidade, saúde e qualidade de vida para todas as pessoas.

Movimento Paulistano de Luta
Contra a Aids





Prefeito Ricardo Nunes (MDB) durante sessão solene de posse na Câmara de São Paulo. Foto: Douglas Ferreira.

O compromisso do Executivo com o enfrentamento da Aids e Tuberculose no município de São Paulo

Por Eduardo Luiz Barbosa*

A saúde é um direito essencial de todo cidadão, e o MOPAIDS tem desempenhado um papel vital no monitoramento das políticas públicas voltadas para o HIV/Aids, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e tuberculose. Atuando em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), o nosso compromisso é promover, assistir e proteger os direitos das pessoas que vivem com HIV/Aids e tuberculose, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dessa população e garantir seu acesso integral à saúde.

Com base nesse compromisso, o MOPAIDS enviou uma carta aberta aos candidatos às eleições municipais de 2024, apresentando propostas que visam fortalecer a saúde pública em São Paulo. Essas propostas buscam garantir que as questões relacionadas ao HIV/Aids e à tuberculose estejam na pauta e que ações políticas eficazes sejam implementadas para enfrentar esses desafios.

Manifestamos nossa indignação pelo fato de que nenhum dos candidatos à prefeitura de São Paulo incluiu em seus planos de governo menções ao HIV/Aids e tuberculose. Esse silêncio é preocupante, considerando que representamos uma parcela significativa da saúde

pública na cidade. Sem visibilidade e compromisso político, será impossível cumprir a meta da ONU de erradicar a Aids como problema de saúde pública até 2030, uma meta à qual São Paulo é signatária.

Reconhecemos os esforços da equipe técnica da Coordenadoria de IST e Aids, bem como da Tuberculose no município, porém sem priorização e orçamento se torna difícil manter e ampliar as ações.

O poder público, tem o dever de garantir a assistência à saúde, promovendo a equidade e a universalidade, pilares fundamentais do SUS. Além disso, cabe à Prefeitura de São Paulo criar as condições necessárias para que essa assistência seja acessível e eficaz, tanto em serviços públicos quanto privados, garantindo o tratamento adequado e ações de prevenção contra as ISTs, HIV/Aids e a tuberculose.

Ficaremos vigilantes e ao longo dos próximos anos manteremos as cobranças e monitoramento das propostas contida na carta encaminhada. A Aids e a tuberculose continuam sendo grandes desafios de saúde pública na maior cidade da América Latina.

** Eduardo Luiz Barbosa é coordenador do Mopaid, Vice-Presidente do Grupo Pela Vidda/SP e gerente do CRD Brunna Valin.*

Carta Aberta ao Prefeito Ricardo Nunes

Prezado Prefeito Ricardo Nunes,

A cidade de São Paulo, com sua história marcada pela diversidade e resiliência, se encontra em um momento crucial para o enfrentamento de desafios sociais e de saúde pública. Como Movimento Paulistano de Luta Contra a Aids (Mopaid), viemos por meio desta carta apresentar as demandas prioritárias que consideramos fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento ao HIV/Aids, IST, hepatites virais e tuberculose no município.

Desde nossa criação em 2002, temos atuado com base nos princípios dos Direitos Humanos e na defesa intransigente do Sistema Único de Saúde (SUS). Esta carta reflete o compromisso histórico de nossa organização em promover a inclusão, a solidariedade e a justiça social. Esperamos que sua gestão atenda a essas demandas e reafirme a posição de São Paulo como referência nacional no enfrentamento dessas epidemias.

Demandas Prioritárias

1. Fortalecimento do SUS e acesso universal

- Garantir financiamento adequado para o SUS no município, assegurando insumos, exames e procedimentos em tempo oportuno.
- Promover a reposição de profissionais que se aposentam, mantendo a capacidade de atendimento de casos já em acompanhamento e de novos diagnósticos.
- Fortalecer a rede municipal de especialidades em IST/HIV/Aids e tuberculose, com enfoque nas populações mais vulneráveis.

2. Políticas públicas inclusivas e intersetoriais

- Implementar programas que integrem saúde, educação, moradia e assistência social, em especial para populações em situação de rua e pessoas trans.
- Manter e ampliar o Programa Transcidadania, promovendo reintegração social e cidadania para travestis, mulheres transexuais e homens trans em situação de vulnerabilidade.
- Criar linhas de cuidado para o envelhecimento com HIV/Aids, abordando comorbidades e necessidades específicas da terceira idade.

3. Educação e prevenção

- Desenvolver campanhas de prevenção ao HIV e IST baseadas na Prevenção Combinada, com comunicação acessível para todas as populações, especialmente os jovens.

- Promover educação sexual nas escolas municipais, abordando prevenção de IST, gravidez e HIV.
- Divulgar amplamente o conceito "indetectável = zero (I = 0)", contribuindo para o combate ao estigma e à discriminação.

4. Controle da tuberculose e das hepatites virais

- Reforçar a articulação intersetorial para garantir diagnóstico precoce, tratamento adequado e prevenção dessas doenças.
- Garantir recursos humanos e financeiros para a realização de testes rápidos e sensibilidade.
- Promover a participação da sociedade civil nas estratégias de enfrentamento dessas doenças.

5. Combate ao estigma e à discriminação

- Estabelecer campanhas permanentes contra o preconceito relacionado ao HIV/Aids e à tuberculose.
- Implantar isenção tarifária no transporte público para pessoas vivendo com HIV/Aids e tuberculose.

6. Participação social e financiamento

- Implementar editais para financiamento de ações conduzidas pela sociedade civil, reconhecendo seu papel essencial na resposta às epidemias.
- Garantir a manutenção e ampliação dos centros de cidadania LGBTQIAP+, fortalecendo suas ações na defesa dos direitos humanos.

Nosso compromisso

Reiteramos que a luta contra o HIV/Aids, IST, tuberculose e hepatites virais vai além da saúde. Trata-se de uma questão de cidadania, dignidade e direitos humanos. A história nos mostra que avanços só são possíveis com a participação ativa da sociedade civil e o compromisso firme das lideranças políticas.

Esperamos que sua gestão, que está tão perto de eliminar a Aids como problema de saúde pública, incorpore essas pautas e se torne um marco no enfrentamento das epidemias que ainda afetam nossa cidade. Conte com o olhar crítico e colaborativo do Mopaid para a construção de políticas de saúde inclusivas e eficazes.

Atenciosamente,

Movimento Paulistano de Luta Contra a Aids (Mopaid)



Envelhecimento das PVHA exige estratégias multidisciplinares e intersetoriais para maior qualidade de vida - Foto: Freepik.com

A importância do cuidado às pessoas vivendo com HIV e Aids com 50 anos e mais

Por equipe multidisciplinar do CRT-DST/Aids-SP*

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou 2021-2030 como a Década do Envelhecimento Saudável. No Brasil, o Censo Demográfico de 2022 registrou 32.113.490 idosos, um aumento de 56% em relação a 2010. Com a transição demográfica e epidemiológica, o país já não é mais jovem. O crescimento da população idosa e as crescentes demandas por um envelhecimento saudável impõem desafios significativos ao Sistema Único de Saúde (SUS)¹.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) apontam que, entre 1980 e 2023, o Brasil registrou um total de 1.124.063 casos de Aids, dos quais 66% estão vivos. Esse número revela que uma parcela significativa dessas pessoas tem atualmente 50 anos ou mais e convive com o HIV há mais de 30 anos².

Já no Estado de São Paulo, até junho de 2023, foram notificados 301.805 casos de Aids, dos quais 149.140 pessoas encontram-se vivas. Desses, aproximadamente 81.156 (54%) tinham 50 anos ou mais em julho de 2023. Considerando também os casos de HIV assintomático, estima-se que, do total da PVHA, 57% tenham 50 anos ou mais³.

Evidências indicam que o envelhecimento entre PVHA está associado a um maior risco de comorbidades, particularmente doenças cardiovasculares, dislipidemia, doença renal e doenças ósseas^{4, 5, 6}, e que PVHA com 50 anos ou mais já devem receber atenção especial voltada para o envelhecimento. Isso corrobora a necessidade de refletirmos sobre quais são os novos

desafios impostos pela epidemia de HIV/Aids no que diz respeito aos cuidados da PVHA.

A avaliação multidimensional das condições de vida e saúde das PVHA 50+, considerando as dimensões social, clínica, mental e funcional, de forma a classificar sua fragilidade, tem se tornado um aspecto essencial no planejamento de cuidados de saúde a esta população, especialmente devido ao aumento da longevidade em decorrência do sucesso da terapia antirretroviral (TARV). Embora a TARV tenha transformado o HIV em uma condição crônica manejável, o envelhecimento precoce e o risco elevado de comorbidades relacionadas ao envelhecimento são preocupações centrais que devem ser consideradas neste grupo. Nesse contexto, a fragilidade surge como um marcador importante para avaliar a vulnerabilidade e pensar nas estratégias de cuidados a serem implementadas, visando promover autonomia e funcionalidade da PVHA 50+.

Definida como um estado de maior vulnerabilidade fisiológica, a fragilidade resulta na menor capacidade do organismo de lidar com estressores externos, como doenças agudas ou mudanças no ambiente. Entre PVHA, a fragilidade pode ocorrer de forma precoce devido a fatores como inflamação crônica, coinfeções, toxicidade medicamentosa acumulada e condições psicossociais, como estigmatização e isolamento social. Está associada a maiores taxas de hospitalização, quedas, dependência funcional e mortalidade^{8, 9}. Avaliá-la permite identificar precocemente as PVHA em risco, possibilitando intervenções preventivas.

O CRT-DST/Aids de São Paulo tem investido no desenvolvimento de estratégias para incorporar a avaliação multidimensional e a classificação da fragilidade entre as PVHA 50+. Para isso, estabeleceu um grupo de trabalho multidisciplinar, reunindo profissionais do serviço social, psicologia, enfermagem, infectologia, entre outros profissionais do CRT, representantes de instituições parceiras e organizações da sociedade civil. O objetivo desse esforço é implementar melhores práticas para mitigar os impactos da fragilidade, além de elaborar diretrizes estaduais voltadas aos serviços especializados em IST/Aids no estado de São Paulo, promovendo um cuidado mais qualificado às necessidades dessa população, de forma a manter sua funcionalidade e independência por mais tempo, com qualidade de vida.

Este grupo de trabalho vem desenvolvendo, ao longo de um ano, através de reuniões, discussões temáticas e articulações intersetoriais com a rede, estratégias para aperfeiçoar o atendimento a PVHA 50+.

Com o objetivo de construir e operacionalizar uma linha de cuidado para PVHA 50+, foi realizado o mapeamento dessa população assistida em nosso serviço, sendo possível conhecer o público-alvo das nossas ações. Para identificar a fragilidade, optou-se por um instrumento já utilizado pela atenção básica: AMPI – Avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa. Foram realizadas algumas adaptações no instrumento inicial, a fim de contemplar as PVHA e fazer um diagnóstico situacional do grau de fragilidade dessa população. Com a aplicação do instrumento, foi possível classificar a nossa população em “Frágeis”, “Pré-Frágeis” e “Saudáveis”, com priorização de discussão de casos e elaboração de projeto terapêutico singular para aqueles considerados mais frágeis.

Do ponto de vista da gestão, esse diagnóstico permitiu identificar as comorbidades mais frequentes, o que viabilizou a implementação de intervenções focadas na recuperação e promoção da saúde. Entre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se a criação do “Grupo Vida Ativa 50+”, voltado para a melhoria da qualidade de vida e a promoção da atividade física.

A identificação de fragilidade mostrou ainda a necessidade de o serviço se articular com outras instituições, fazendo com que o grupo organizasse reuniões com a coordenação da área técnica de saúde do idoso, de IST/HIV da atenção básica da região em torno do CRT, com AME Idoso Sudeste, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e sociedade civil organizada, a fim de debater e construir a rede de cuidado da PVHA 50+.

Embora as estratégias ainda não tenham sido finalizadas e a linha de cuidado construída, já se observam mudanças significativas no processo de trabalho da instituição e na atenção às PVHA 50+ atendidas, como, por exemplo: sensibilização da equipe na identificação das necessidades da população idosa, discussão de re-

avaliação de fluxos do ambulatório, inserção da população atendida em programas e projetos já disponíveis na rede para a população idosa, principalmente voltados para aqueles que não contam com apoio social, e início da elaboração de protocolos de atendimento para PVHA 50+.

Diante dos desafios impostos pelo envelhecimento da população PVHA 50+, torna-se imprescindível a implementação de estratégias de cuidado específicas. Como já destacado, embora seja um processo em desenvolvimento, é evidente a relevância de uma abordagem multidisciplinar e intersetorial para responder às necessidades complexas dessa população. Esse esforço visa não apenas promover a longevidade, mas também assegurar uma melhor qualidade de vida às PVHA 50+.

*** Equipe multidisciplinar de atenção a pessoa vivendo com HIV/Aids com 50 anos ou mais no CRT de São Paulo/ Programa Estadual de DST-HIV/Aids do Estado de São Paulo.**

1- Duarte, EC, Barreto, SM. Transição demográfica e epidemiológica: a Epidemiologia e Serviços de Saúde revisita e atualiza o tema. Faculdade de Medicina, Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde, Brasília-DF, Brasil. Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, Brasil. Epidemiol. Serv. Saúde v.21 n.4 Brasília dez. 2012 acesso dia 29/08/2023. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000400001>.

2- BRASIL, Ministério da Saúde - Boletim Epidemiológico - HIV e Aids 2023 Número Especial | dezembro 2023 - 150 exemplares, ministério da saúde

3- São Paulo. BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, CRT-PE-DST/AIDS/CVE, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2023 ANO XL, Nº 1, período de 1º de Julho de 2022 a 30 de Junho de 2023. Anual. ISSN 1984-641x. <Documento da Internet>. (Acessado em 02/09/2024). https://www.saude.sp.gov.br/resources/crt/vig.epidemiologica/boletim-epidemiologico-crt/boletimepidemiologico2023_17mai24.pdf.

4- Montano, Monty et al. Biological ageing with HIV infection: evaluating the geroscience hypothesis. The Lancet Healthy Longevity, Volume 3, Issue 3, e194 - e205

5- Roomaney RA, van Wyk B, Pillay-van Wyk V. Aging with HIV: Increased Risk of HIV Comorbidities in Older Adults. Int J Environ Res Public Health. 2022 Feb 18;19(4):2359. doi: 10.3390/ijerph19042359. PMID: 35206544; PMCID: PMC8872228.

6- Torres, T. S., Cardoso, S. W., Velasque, L. de S., Marins, L. M. S., Oliveira, M. S. de ., Veloso, V. G., & Grinsztejn, B.. (2013). Aging with HIV: an overview of an urban cohort in Rio de Janeiro (Brazil) across decades of life. Brazilian Journal of Infectious Diseases, 17(3), 324–331. <https://doi.org/10.1016/j.bjid.2012.10.024>.

7- UNAIDS. People aged 50 years and older. <Documento da Internet>. Acessado em 02/09/2024). https://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/12_Peopleaged50yearsandolder.pdf.

8- Mills, E. J., & Cooper, C. (2006). “HIV and aging: Understanding the aging process in HIV-infected individuals.” Clinical Infectious Diseases, 42(7), 1062-1070. <https://doi.org/10.1086/500660>

9- Fried, L. P., Ferrucci, L., Darer, J., Williamson, J. D., & Anderson, G. (2004). “Untangling the concepts of disability, frailty, and comorbidity: Implications for improved targeting and care.” The Journals of Gerontology: Series A, 59(3), M255-M263. <https://doi.org/10.1093/gerona/59.3.M255>



Suporte emocional e social reduz estigmas, fortalece vínculos e combate o isolamento. - Foto: Freepik.com

A importância do suporte psicossocial para pessoas vivendo com HIV/Aids

Por Vanessa Sodr  Marques*

O ser humano   um ser biopsicossocial, formado biologicamente, psicologicamente e socialmente. Esse tripé precisa estar em equilíbrio para garantir o bem-estar do sujeito. No Instituto Vida Nova (IVN), buscamos trabalhar essas três esferas de forma integrada. No entanto, ao destacarmos o psicossocial, percebemos sua fundamental importância para as pessoas vivendo com HIV/Aids (PVHA), pois o impacto da condi o vai além do biológico, afetando também o psicológico e, em muitos casos, o social.

Ao pensar em estratégias de interven es individuais ou grupais, direcionamos um olhar atento às questões sociais e emocionais. Não podemos realizar esse trabalho sem uma abordagem multidisciplinar. Nossa equipe   composta por psicóloga, educador físico, fisioterapeuta e massoterapeuta. Trabalhamos de forma unificada, respeitando a individualidade e as necessidades de cada assistido, sempre com o objetivo de proporcionar maior qualidade de vida aos sujeitos atendidos.

Nos grupos terapêuticos ou de apoio, criamos espaços seguros para que as pessoas compartilhem suas experiências e sentimentos, sejam ouvidas e encontrem empatia. A troca entre pares proporciona entendimento mútuo e reduz a sensa o de isolamento, pois cada indivíduo percebe que suas fragilidades são semelhantes às do outro. Isso fortalece os vínculos, promove o apoio emocional e reduz os estigmas associados ao HIV. Esses espaços são ainda mais importantes, pois, muitas vezes, as demandas dos participantes não en-

contram acolhimento em outros serviços de saúde ou mesmo em seus lares.

Quando falamos sobre patologias como depressão e ansiedade, que estão entre as mais prevalentes nos atendimentos da nossa institui o, percebemos que interven es como psicoterapia individual, atividades grupais e abordagens multidisciplinares oferecem um suporte social e emocional essencial. O apoio de pares e profissionais promove motiva o, senso de responsabilidade em rela o   própria saúde e a cria o de laços entre os participantes. Essas conexões, por sua vez, resultam em redes de apoio mais amplas, que se estendem além dos muros da institui o, promovendo encontros em passeios e outros espaços sociais, onde os indivíduos encontram suporte em suas vidas cotidianas.

As interven es multidisciplinares que incluem o suporte psicossocial são fundamentais para garantir uma abordagem integral no tratamento e na convivência com o HIV. Considerar as necessidades emocionais e sociais, além das biológicas,   indispensável para promover uma melhor qualidade de vida para as PVHA. Práticas que favorecem a inclusão e o suporte emocional não apenas melhoram os resultados em saúde, mas também promovem um estado mental positivo, reduzindo o impacto da ansiedade, depressão e isolamento.

* *Vanessa Sodr  Marques   psicóloga do Instituto Vida Nova*



Entrega do Prêmio José Araújo Lima Filho de Ativismo e Direitos Humanos - Foto: Acervo Mopaid

Prêmio José Araújo Lima Filho celebra ativismo e direitos humanos na luta contra o HIV/Aids

Por Equipe Mopaid

A 4ª edição do Prêmio José Araújo Lima Filho, promovido pelo Movimento Paulistano de Luta Contra a Aids (Mopaid), destacou iniciativas que combatem o estigma, promovem a inclusão e fortalecem os direitos humanos, inspiradas no legado de um dos maiores ícones da luta contra o HIV/Aids.

O evento, realizado no final de novembro, em São Paulo, teve uma noite marcada por homenagens emocionantes e discursos que reforçaram a urgência de políticas inclusivas e o compromisso coletivo no enfrentamento do HIV.

Lembrança e compromisso

A abertura do evento, conduzida por Lu Marinatti e Pericles Formigoni, relembrou a trajetória de José Araújo Lima Filho. "Araújo foi um símbolo de resistência e dedicação, alguém que nos inspira a continuar lutando por dignidade e igualdade", afirmou Marinatti.

Eduardo Barbosa, coordenador do Mopaid, reforçou a relevância do prêmio como ferramenta de inspiração. "A trajetória de Araújo nos ensina a não retroceder. Precisamos avançar, construir pontes e valorizar experiências que transformam vidas. O estigma e a discriminação ainda são uma realidade que precisamos combater com todas as forças", declarou.

Iniciativas premiadas

Na categoria Programas de Prevenção, foram premiados o Prevenção Para Todxs, que atua na Brasilândia, e o Minha Quebrada Prevenida!, do Projeto Bem-Me-Quer, com amplo alcance nas periferias de São Paulo.

Em Pesquisa e Inovação, o destaque foi para Paola Alves, da Casa da Pesquisa do CRT/Aids, pelo trabalho pioneiro com a população trans. "Este prêmio é coletivo. Ele pertence a todos que constroem a luta diariamente", disse Alves, dedicando o reconhecimento às figuras históricas e colegas de jornada.

Na categoria Acesso ao Tratamento, os premiados foram o dr. Mateus Cardoso, infectologista no CRT/Aids de São Paulo, o Consultório na Rua/SAE Lapa e o projeto 50+ Vida PositHIVa, do Instituto Vida Nova. "Nosso trabalho é sobre garantir envelhecimento digno e com qualidade de vida para pessoas vivendo com HIV", afirmou Américo Nunes Neto, presidente do Instituto Vida Nova.

Outros destaques incluíram o Tirando o Manto da Invisibilidade, do Instituto Cultural Barong, e o Chá Positivo, do Grupo Pela Vidda São Paulo, ambos na categoria Suporte Psicossocial. Já na área de Educação e Mobilização Comunitária, foram premiados a comunidade online Positividade e o Senac São Paulo.

Rosana de Moraes, do Senac, destacou o papel da educação na luta contra o HIV: "Promover debates e informações de qualidade é essencial. Este reconhecimento reforça nosso compromisso com a saúde e os direitos humanos."



Equipe do Pela Vidda/SP recebe o Prêmio Araújo na categoria Suporte Psicossocial. Foto: Acervo Mopaid



Equipe do Barong recebe o Prêmio Araújo na categoria Suporte Psicossocial. Foto: Acervo Mopaid

Além das premiações, momentos culturais enriqueceram a noite, como a apresentação de Donatella Vogue, transformista que celebrou a memória de José Araújo e reforçou a luta por direitos da comunidade LGBTQIAPN+.

Conheça mais sobre os vencedores

Minha Quebrada Prevenida!

Projeto inovador que utiliza as redes sociais para levar informações sobre prevenção do HIV/aids aos jovens da periferia. Com vídeos, textos e lives interativas, aborda temas como estigmas e direitos sexuais com uma linguagem acessível.

Prevenção Para Todxs

Atuando na periferia da Brasilândia, este coletivo realiza palestras educativas, distribui preservativos e auto-testes de HIV, na missão de enfrentar a desigualdade no acesso à saúde, fortalecendo a educação sexual e o autocuidado.

Assistência Multiprofissional com Enfoque na Equipe do Consultório na Rua e SAE para Gestante vivendo com HIV e a Ausência da Transmissão Vertical do HIV

A equipe do Consultório na Rua e do SAE Lapa desenvolve cuidados inovadores para gestantes vivendo com HIV, garantindo tratamentos adaptados e evitando a transmissão vertical com uma abordagem humanizada e eficaz.

Dr. Mateus Etori Cardoso

Infectologista dedicado que atua no tratamento do HIV/aids com ênfase em acolhimento à comunidade LGBTQIAPN+, além de liderar campanhas educativas e projetos que promovem saúde e inclusão.

Projeto 50+ Vida PositHIVa - "Longevidade com qualidade de vida"

Focado em pessoas com HIV acima de 50 anos, o projeto integra atividades físicas e apoio psicológico, promovendo qualidade de vida e combate ao estigma.



Paola Alves de Souza da Casa de Pesquisa do CRT-DST/Aids-SP recebe o Prêmio Araújo na categoria Pesquisa e Inovação. Foto: Acervo Mopaid

Tirando o Manto da Invisibilidade

Com foco em pessoas trans vivendo com HIV, o projeto promove inclusão social e geração de renda por meio de oficinas e campanhas de conscientização.

Chá Positivo

Há 35 anos, o Chá Positivo promove acolhimento, informação e empoderamento para pessoas vivendo com HIV/aids, constituindo um espaço de troca e fortalecimento comunitário.

Positividades

Esta comunidade online conecta mais de 800 pessoas vivendo com HIV, oferecendo apoio e informação por meio de encontros virtuais, com foco no acolhimento e na troca de experiências.

Senac São Paulo

Por meio de programas educacionais o Senac promoveu debates sobre saúde sexual e prevenção de IST, promovendo cidadania e conscientização entre jovens e adultos de diversas regiões de São Paulo.



Cristina Abbate recebe Menção Honrosa, acompanhada pela equipe da Coordenadoria de IST/Aids Foto: Acervo MopaiDs

Paola Alves

Técnica de enfermagem e mulher trans, sua atuação no Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais de São Paulo tem sido essencial para promover acolhimento, prevenção e cuidados voltados à saúde integral da comunidade LGBTQIAPN+.

Homenagens marcantes

A cerimônia também celebrou figuras de grande relevância, como Cristina Abbate, coordenadora de IST/Aids em São Paulo, e Carolina Iara, co-deputada estadual e ativista. "Não vamos sossegar enquanto houver uma pessoa morrendo de Aids. Precisamos de políticas públicas que realmente impactem a vida das pessoas", afirmou Abbate.

Já Carolina Iara, primeira parlamentar brasileira a declarar publicamente sua sorologia positiva para o HIV, reforçou a necessidade de ações concretas. "A luta vai



Co-deputada Carolina Iara (PSOL) recebe Menção Honrosa Foto: Acervo MopaiDs

além de visibilidade. Precisamos de avanços reais nas políticas de HIV/Aids para garantir cuidado integral e respeito", declarou.

Menção honrosa à Agência Aids

A Agência de Notícias da Aids recebeu menção honrosa pelo impacto de seu jornalismo na conscientização social. Roseli Tardelli, diretora da Agência, criticou a falta de avanços em projetos essenciais. "Precisamos cobrar ações efetivas. Não podemos aceitar o silêncio diante das urgências do HIV", afirmou.



Agência de Notícias da Aids recebe Menção Honrosa Foto: Acervo MopaiDs

Encerramento com esperança

O evento terminou com a exibição do curta Longevidade PositHIVA, seguido de um coquetel. A noite foi uma celebração da resiliência, do compromisso coletivo e da memória de José Araújo Lima Filho, que segue como inspiração na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva.



O SUS garante acesso universal à prevenção, diagnóstico e tratamento do HIV/Aids - Foto: alexsandarlittlewolf/Freepik.com

Direitos Humanos e HIV: o SUS como garantia de acesso universal ao tratamento

Por Cláudio Pereira e Fernanda Nigro*

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um marco na consolidação do direito à saúde no Brasil, assegurado pela Constituição Federal de 1988. Ele se destaca como um modelo de saúde pública que visa garantir acesso universal, integral e gratuito aos serviços de saúde, independentemente da condição socioeconômica do cidadão.

Uma das áreas em que o SUS mais se evidencia é no tratamento do HIV/aids, sendo referência mundial na abordagem da doença. Desde a década de 1990, o Brasil adotou uma política pioneira de distribuição gratuita de medicamentos antirretrovirais (ARVs) para todas as pessoas diagnosticadas com HIV, independentemente da carga viral ou do estágio da infecção. Essa estratégia contribuiu significativamente para a redução da mortalidade, melhoria da qualidade de vida dos pacientes e controle da transmissão do vírus.

O SUS disponibiliza uma ampla rede de serviços para atender as pessoas vivendo com HIV, que inclui diagnóstico precoce, aconselhamento, fornecimento de preservativos, acompanhamento médico especializado, exames laboratoriais periódicos e acesso a terapias modernas e eficazes. Além disso, programas de prevenção, como a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Profilaxia Pós-Exposição (PEP), também são oferecidos gratuitamente, reforçando o compromisso do sistema com a redução da transmissão do vírus.

A política brasileira de tratamento do HIV pelo SUS é reconhecida internacionalmente como um exemplo de equidade e respeito aos direitos humanos, sendo um modelo para outros países em desenvolvimento.

Devido a sua extensão territorial e diferenças regionais do país, muitas vezes não temos o SUS que precisaríamos ter, e que causa gargalos no acesso.

Questões relacionadas as patentes também impactam no acesso a melhores tratamentos para as pessoas vivendo com HIV e Aids no Brasil, como é o caso dos primeiros medicamentos injetáveis a cada 30 e 60 dias, e mais atualmente o lenacapavir, um remédio injetável que deve ser tomado a cada seis meses como medida profilática para combater a infecção pelo HIV.

Embora ainda enfrente desafios como o estigma e a necessidade de expandir o alcance das ações preventivas, o SUS continua avançando na luta contra o HIV, promovendo saúde, dignidade e inclusão. O fortalecimento dessas iniciativas reafirma o papel do sistema como uma ferramenta essencial para garantir o direito à saúde de todos, sem discriminação ou barreiras financeiras.

* **Cláudio Pereira é advogado e presidente do Grupo de Incentivo à Vida (GIV) e Fernanda Nigro é advogada e atua no GIV e no Grupo Pela Vida São Paulo.**



Ação na Praça da Sé, promovida pelas ONGs e Coletivos que compõem o Mopaid - Foto: Acervo Mopaid

O papel fundamental das ONG e coletivos na luta contra o HIV/Aids e na promoção da saúde pública

Por Alisson Barreto*

O trabalho de ONG e coletivos que oferecem apoio, informação e aconselhamento à população vivendo com HIV/Aids é de extrema relevância na luta contra a epidemia e na promoção da saúde pública. Essas organizações desempenham um papel multifacetado que vai muito além do simples fornecimento de informações sobre a doença; elas são essenciais para a construção de uma rede de suporte que abrange educação, saúde mental, advocacy e vigilância de políticas públicas.

Um dos pilares do trabalho dessas ONG é a educação. A promoção de informações precisas e acessíveis sobre HIV e Aids é fundamental para combater o estigma e a desinformação. Muitas pessoas ainda têm preconceitos em relação ao HIV, o que pode levar a um isolamento social significativo para aqueles que vivem com o vírus.

O trabalho educativo dessas organizações visa desmistificar a infecção pelo HIV, esclarecendo como ela é transmitida, as formas de prevenção, como o uso de preservativos, profilaxia pré-exposição (PrEP) e profilaxia pós-exposição (PEP), e a importância da adesão ao tratamento antirretroviral. Além disso, essas iniciativas são frequentemente adaptadas para diferentes públicos, incluindo jovens, profissionais de saúde e grupos vulneráveis, como populações LGBTQIA+, trabalhadores do sexo e pessoas em situação de rua.

A utilização de estratégias diversas, como mídias sociais, oficinas interativas e eventos comunitários, possibilita a disseminação das informações a um público mais amplo, garantindo engajamento e conscientização sobre o tema.

Suporte emocional e saúde mental

O suporte emocional é outro aspecto crítico do trabalho realizado por essas organizações. Muitas pessoas vivendo com HIV enfrentam desafios emocionais significativos, como ansiedade, depressão e dificuldades de relacionamento. O estigma associado à condição pode agravar esses sentimentos, levando a um ciclo de solidão e desespero.

Para enfrentar esses desafios, muitas ONG/Aids oferecem serviços de aconselhamento individual e em grupo, proporcionando um espaço seguro onde os indivíduos podem compartilhar seus sentimentos e experiências sem medo de julgamento. Profissionais treinados em saúde mental e assistentes sociais ajudam a oferecer ferramentas para o enfrentamento e a resiliência, promovendo um ambiente de compreensão e empatia.

Além disso, muitas organizações realizam atividades de lazer e socialização, auxiliando na formação de redes de apoio entre os participantes e fortalecendo os vínculos comunitários.



Seminário do Mopaid's "Sociedade Civil e Incidência Política no Enfrentamento ao HIV/Aids"- Foto: Acervo Mopaid's

Advocacy e vigilância de políticas públicas

O envolvimento em advocacy é um componente essencial do trabalho das ONG. Elas monitoram a implementação de políticas públicas relacionadas ao HIV e à saúde geral, garantindo que as vozes da comunidade sejam ouvidas. Esse trabalho inclui a vigilância sobre o acesso a tratamentos e serviços de saúde, bem como a luta por políticas que garantam direitos e protejam as populações mais vulneráveis.

As ONG frequentemente colaboram com autoridades de saúde e outras instituições para desenvolver e implementar programas que atendam às necessidades da comunidade. Além disso, elas se envolvem em campanhas para aumentar a conscientização sobre a importância da prevenção e do tratamento do HIV, influenciando a alocação de recursos e a criação de políticas mais inclusivas.

Além do apoio individual, as ONG promovem a formação de redes de apoio que conectam pessoas vivendo com HIV/Aids. Essas redes são fundamentais para criar um senso de comunidade e pertencimento. Elas oferecem uma plataforma onde os indivíduos podem compartilhar experiências, trocar informações sobre recursos disponíveis e encontrar apoio mútuo.

A solidariedade que emerge dessas interações pode ser transformadora, ajudando as pessoas a se sentirem menos isoladas e mais empoderadas em sua jornada.

Impacto na sociedade

O impacto do trabalho dessas ONG vai além das pessoas que atendem diretamente. Ao promover educação e conscientização, elas contribuem para a transformação social, desafiando preconceitos e estigmas associados ao HIV. Isso cria um ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde as pessoas se sentem mais à vontade para buscar testes, tratamentos e apoio.

Além disso, o trabalho de monitoramento e advocacy influencia a formulação de políticas públicas que podem beneficiar a sociedade como um todo. Quando as necessidades das populações mais afetadas são levadas em consideração, isso resulta em um sistema de saúde mais abrangente e eficaz, capaz de responder às crises de saúde de maneira mais adequada.

Ou seja, o trabalho de ONG e coletivos que oferecem apoio à população vivendo com HIV/Aids é uma contribuição inestimável para a saúde pública e a justiça social. Ao combinar educação, aconselhamento, advocacy e formação de redes de apoio, essas organizações não apenas melhoram a qualidade de vida das pessoas afetadas, mas também promovem uma sociedade mais informada, solidária e inclusiva.



Encontro do Mopaid's e Movimento de Aids com Dráurio Barreira, Diretor do Dathi - Foto: Acervo Mopaid's

Através de suas ações, elas ajudam a combater o estigma e a discriminação, promovendo um ambiente onde todos podem viver com dignidade, respeito e esperança. O fortalecimento desse trabalho é vital para o enfrentamento da epidemia de HIV e para a construção de um futuro mais equitativo para todos.

*** Alisson Barreto é ativista do movimento aids, faz parte do GIV-Grupo de Incentivo a Vida e integra o Mopaid's.**



Equipes da Coordenadoria de IST/Aids e ViaQuatro com a máquina de PrEP no Metrô Vl. Sônia - Foto: Coord. IST/Aids-SP

Os avanços da cidade de São Paulo na resposta ao HIV/Aids

Por **Cristina Abbate***

A cidade de São Paulo tem registrado avanços importantes na resposta ao HIV/Aids, ampliando o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento. Desde 2016, o número de novas infecções pelo vírus foi reduzido em 55%, com destaque para a população jovem, onde a redução ultrapassou os 57%. Esses resultados são fruto de estratégias que ampliam o acesso aos serviços de saúde e os tornam mais adaptados ao cotidiano da população.

Iniciativas como as máquinas automáticas de entrega de PrEP e PEP e a Estação Prevenção – Jorge Beloqui, estão inseridas no cotidiano das pessoas, em estações de metrô, permitindo maior autonomia, privacidade e acesso em horários ampliados e durante os percursos de rotina. Em pouco mais de um ano, a Estação Prevenção já realizou mais de 16 mil atendimentos e, em menos de cinco meses de operação, as máquinas já registraram mais de mil retiradas. Além disso, a capital conta com o canal SPPrEP no app e-saúdeSP, que funciona todos os dias (inclusive feriados e finais de semana), e também com locais que oferecem PrEP e PEP 24 horas, garantindo acesso contínuo à prevenção.

Ao mesmo passo, em São Paulo, a terapia antirretroviral (TARV) é iniciada no mesmo dia do diagnóstico positivo, garantindo que as pessoas recebam o tratamento imediato. Com essa abordagem, 92% das mais de 55 mil pessoas em tratamento na rede municipal especializada estão indetectáveis e, mantendo-se assim, não transmitem o HIV por via sexual. A cidade também investiu na ampliação da equipe de saúde, com a contratação de mais de 70 infectologistas e nomeando 340 profissionais de saúde, aprovados em concurso, fortalecendo a rede de atendimento e garantindo o cuidado qualificado e acessível para as pessoas vivendo com HIV.

Outro avanço importante para a capital foi a certificação pela eliminação da transmissão vertical (de gestante para criança) do HIV, ocorrida em 2019 e atualizada em 2021 e 2023. Com isso, a cidade reforça o cuidado integral e promove uma significativa redução de novos casos.

Os Projetos PrEP na Rua e Se Liga!, por sua vez, que juntos tiveram mais de 1.200 edições só no ano de 2024, levam os serviços especializados a diferentes locais e regiões, ampliando ainda mais o alcance das políticas de prevenção e alcançando uma diversidade cada vez maior de pessoas, em especial aquelas que, por algum motivo, não acessam as unidades fixas da Rede Municipal Especializada em IST/Aids.

Além disso, a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo fomenta, por meio da Coordenadoria de IST/Aids, editais voltados a coletivos culturais e ONGs que atuam na prevenção combinada, na redução do estigma e na ampliação do acesso à informação e aos serviços especializados em IST/Aids. Esses editais apoiam projetos que compartilham informações sobre transmissão, tratamento e prevenção do HIV, além de ampliar estratégias de conscientização nos mais variados territórios da cidade.

Com inovação tecnológica, descentralização e expansão do acesso, a cidade de São Paulo segue avançando na resposta ao HIV/Aids, com a meta de eliminar a transmissão horizontal do vírus nos próximos anos.

*** Cristina Abbate é coordenadora da Coordenadoria de IST/Aids.**



Distribuição de autoteste, preservativo e gel lubrificante em locais públicos - Foto: Coord. IST/Aids SP

A prevenção no caminho das pessoas na cidade de São Paulo

Por Adriano Queiroz*

Há anos, a cidade de São Paulo tem investido em estratégias de oferta de métodos de prevenção em ambiente comunitário. Com isto, foi possível ultrapassar a marca de 50 milhões de preservativos distribuídos por ano. O acesso a esse insumo foi disponibilizado em locais de grande circulação de pessoas, como em terminais de ônibus e estações de metrô, que atualmente contam com mais de 90 displays nesses pontos importantes de transporte público na capital paulista.

Com o advento dos testes rápidos, desde 2006, foi possível oferecer diagnóstico de HIV para fora dos muros das unidades de saúde, atividade que nos últimos anos foi incentivada e colocada como política de saúde ao acesso da testagem para a população. Em junho de 2021, a Coordenadoria de IST/Aids implementou o Projeto "PrEP na Rua" para ampliar o acesso às profilaxias ao HIV, principalmente a profilaxia pré-exposição (PrEP). O objetivo é possibilitar que, para além da testagem rápida e os insumos de prevenção, como camisinhas, gel lubrificante e autoteste de HIV, a população também possa iniciar o uso da PrEP ou da PEP (profilaxia pós-exposição ao HIV) em seu local de diversão, trabalho ou de passagem. Isto resultou no aumento do cadastro da população negra, de jovens, de travestis e de mulheres trans, bem como de mulheres cis e de profissionais do sexo.

Essas atividades são realizadas pela Coordenadoria de IST/Aids e pela Rede Municipal Especializada em IST/Aids por meio de unidade móvel e parcerias locais com centro e casas de cultura, equipamentos de assistência social e moradia, terreiros e casas de santo, festas

e clubes de sexo, em praças e ruas com presença de jovens, em cenas de prostituição aberta ou em casas fechadas, entre outros locais.

No ano de 2023, foram 490 atividades extramuros (364 de "PrEP na Rua" e 126 do Projeto "Se liga!", que oferta testagens rápidas de HIV, sífilis e/ou hepatites B e C. Já em 2024, até o início de dezembro deste ano, a quantidade de atividades extramuros está acima de 1.200, com 80 mil testes rápido realizados, 3.500 atendimentos de PrEP (entre novos cadastros e continuidade do uso da profilaxia) e mais de 25 mil kits de autoteste de HIV distribuídos.

Quando as atividades são realizadas em casas de prostituição ou em estabelecimento de sexo com frequência de gays, bissexuais e outros homens que fazem sexo com homens, o percentual de pessoas que iniciam a PrEP é superior a 40%.

A multiplicidade dos pontos de acesso às diversas formas de prevenção ao HIV (com serviços como a Estação Prevenção – Jorge Beloqui, o SPrEP – PrEP e PEP online e as máquinas automáticas instaladas em duas estações onde circulam mais de 200 mil passageiros todos os dias) tem resultado no aumento do conhecimento da população sobre prevenção e um número substancial de cadastros de PrEP na cidade de São Paulo, sucedendo em redução de novas infecções de HIV. É o município de São Paulo colocando a prevenção ao HIV nos caminhos da população.

* **Adriano Queiroz é coordenador do setor de Prevenção da Coordenadoria de IST/Aids da cidade de São Paulo.**



Integrantes do Centro de Convivência É de Lei, em ação pela campanha "Brisas de Carnaval" - Foto: CC É de Lei

Redução de Danos salva vidas: uma breve história do Centro de Convivência É de Lei¹

Por Michel de Castro Marques e Ana Luiza Uwai*

O Centro de Convivência É de Lei é considerado o primeiro espaço de convivência criado para pessoas que fazem uso de drogas, sendo constituído em 05 de dezembro de 1998 após longo processo de construção entre participantes do projeto que estava em execução na ocasião².

Em meados dos anos 90, o fantasma do HIV rondava as cenas de uso de drogas e acometia cada vez mais pessoas, fazendo com que a gestão pública passasse a investir em cuidado entre pares, financiando projetos desenvolvidos pela sociedade civil e movimentos sociais. Esses projetos tinham como objetivo a prevenção da infecção por HIV, o que colocou as estratégias de redução de danos para pessoas usuárias de drogas injetáveis (UDIs) como uma forma de cuidado promissora. Já nessa toada, o "É de Lei" se depara com uma grande dificuldade (além de outras) que foi o estigma e o preconceito duplamente aplicado, em relação ao uso de drogas e em relação ao HIV.

Estigma ocorre a partir da construção social em que determinadas características são consideradas inaceitáveis, por diversas questões e geram estereótipos que marcam as pessoas. A estigmatização é baseada em rótulos e julgamentos que impactam as pessoas negativamente. O estigma marginaliza e aliena as pessoas a ele sujeitadas³.

Com o passar dos anos fomos alcançando, enquanto sociedade, diversos avanços biomédicos, dentre eles, o amplo acesso a tratamento para o HIV, hepatites e tuberculose, amplo acesso a preservativos internos e externos, novos estudos e a descoberta do "1 = 1", o

avanço e a popularização da PreP e da PeP, a estratégia da prevenção combinada a partir da mandala da prevenção, e construção de políticas públicas, entre elas políticas sobre drogas, orientadas pela Redução de Danos.

O trabalho com Redução de Danos é amparado por normativas que reconhecem a importância dessa abordagem para a saúde pública, a promoção de direitos humanos e o cuidado com pessoas afetadas pela política de drogas brasileira.

A Lei de Drogas (nº 11.343/2006) já menciona em seu artigo 22, a redução de riscos e danos como um dos princípios e diretrizes das atividades de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares.

Algumas outras normativas também tratam da Redução de Danos, como as portarias do Ministério da Saúde nº 3.088/2011, que indica da RD como uma das diretrizes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), e a Portaria nº 2.197/2004 que estabelece a adoção da lógica de redução de danos como uma estratégia para o êxito das ações desenvolvidas nos dispositivos da atenção básica e outras unidades especializadas em álcool e outras drogas.

A Portaria de Consolidação nº 5/2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelece diretrizes para ações de Redução de Danos no Brasil, entre elas "informação, educação e aconselhamento".

A Redução de Danos é uma abordagem que tem como objetivo minimizar riscos e danos, sociais e à saúde, das pessoas afetadas pela política de drogas, em especial as que usam substâncias psicoativas. A Redução de Danos parte do princípio de que o uso de drogas é um fenômeno social anterior às políticas proibicionistas, e que para lidar com essa realidade, é mais eficaz a construção de cuidado a partir da demanda e perspectiva da pessoa que é atendida.

Isso porque as pessoas não pararam de usar substâncias quando ocorreu o “grande boom” da epidemia da aids. A partir dessa questão, fomos obrigados enquanto sociedade, sobretudo enquanto profissionais da saúde, a criar estratégias acerca desse fenômeno a partir da ampliação de acesso aos preservativos, troca e esterilização de seringas, ampliar acesso à TARV, investir em estratégias de comunicação para informar a população afetada, entre outras estratégias possíveis.

A simples disponibilização de insumos, seja o preservativo, ou seja uma piteira para cachimbo, pode reduzir drasticamente o dano para a pessoa que faz uso de substância, mas também iniciar uma conversa sobre seu uso e possibilidades de diminuí-lo ou cessá-lo, além de diminuir os possíveis custos com tratamento de uma IST, por exemplo. Um exemplo concreto podem ser as pessoas que fazem uso de drogas injetáveis (apesar da legislação vigente proibir essa prática). Elas têm mais sucesso na redução dos riscos e danos envolvidos no uso ao receberem acesso a programas de Redução de Danos, como a troca de seringas, uma estratégia que pode reduzir o risco de transmissão do HIV.

Esse é um exemplo de abordagem de RD que considera a singularidade de cada pessoa e é colocada em prática a partir da construção de vínculos. Para ser qualificada, essa abordagem deve ser aplicada de forma transdisciplinar, incluindo saúde, cultura, educação, assistência social, trabalho e renda, visando o acesso integral ao cuidado e aos direitos humanos.

A partir dos anos 2000, com a diminuição do uso de cocaína injetável e o aumento da presença da cocaína fumada, o crack, o “É de Lei” destacou-se como protagonista, no desenvolvimento de projetos-piloto para usuários de crack no Brasil. O objetivo principal era implementar ações de Redução de Danos com foco na prevenção de IST, HIV, hepatites virais e tuberculose entre pessoas usuárias de crack, promovendo debates e criando insumos para redução de riscos e danos relacionados ao uso dessa substância. Inicialmente financiado por recursos governamentais da área da Saúde e, posteriormente, de outros setores como a Cultura, o “É de Lei” consolidou-se como referência nacional

no debate, na implementação e na pesquisa de tecnologias de redução de danos. Sua atuação valorizou os direitos das pessoas usuárias e integrou-se às políticas públicas setoriais de Saúde, Assistência Social e Cultura.

A atuação do “É de Lei” nas cenas de uso, especialmente na região central da cidade de São Paulo, nos traz elementos que apresentam como a aglutinação das pessoas para o consumo de drogas se dá por diversos motivos, sobretudo, por uma questão social e de aceitação.

Apesar do uso acontecer em “zonas de tolerância”, não há implicação do poder público de qualificar as suas ações de atenção psicossocial nesses espaços com foco na construção de vínculo e de implantação de programas que possam dar conta das demandas individuais de cada pessoa que frequenta esses espaços. Ao longo de décadas pudemos observar diversos programas e projetos que apresentam falhas desde a concepção até na implantação de ações que não levam em consideração estudos e pesquisas baseadas em dados produzidos pela sociedade civil organizada, muito menos as pessoas que usam drogas, além da falta da real intersetorialidade e suas interseções nas políticas públicas que atingem diretamente as pessoas.

Na atualidade, apesar dos avanços em relação à informação acerca do uso de drogas e em relação a HIV/aids, IST, hepatites e tuberculose, o estigma e preconceito em relação às pessoas que fazem uso de drogas ainda segue muito grande. Uma das consequências desse processo é que na cena de uso da região central de São Paulo (que tem em torno de 400 a 700 pessoas), uma grande “zona de tolerância” recebe apenas políticas de segurança pública para coibir as diferentes interações entre as pessoas.

Desde 2017 a Prefeitura do Município passou a retirar serviços da região com objetivo de reorganizar a rede municipal, porém a região segue abandonada com equipes volantes que circulam e com a possível chegada da “PPP Campos Elíseos”⁴ que, dentre outras ações, será responsável pela construção da sede administrativa do governo do estado na região.

A cada momento em que ocorre o espalhamento de pessoas pelos territórios e a cada ação que apresenta uma desarticulação deles, ocorre a perda de vínculo entre as pessoas, o seu território, os serviços de saúde e assistência social e, conseqüentemente, a inviabilidade de ações de cuidado como tratamento de tuberculose assistido e/ou TARV. Isso impacta diretamente na possibilidade de melhoria de adesão e na prevenção às IST.



Mandala da Prevenção Combinada - Imagem: CC É de Lei

Por outro lado, há movimentos sociais e organizações da sociedade civil que atuam para dirimir essa situação. É o caso, novamente, do “É de Lei” que tem parte de suas ações financiadas pela Coordenadoria de ISTs/HIV/aids da secretaria municipal de saúde com foco em atender a essa população. Isso garante que essas pessoas, quando localizadas, retomem o seu cuidado. As ações são realizadas em campo, em espaços de convivência na sede da organização e na sede de outras organizações parceiras, e também a partir de articulação de rede por meio de Fóruns como é o caso do Fórum da Rede Centro e o Fórum Intersetorial sobre Drogas e Direitos Humanos.

A partir do avanço do uso de novas substâncias psicoativas como os canabinoides sintéticos, conhecidos como “drogas K”, a descoberta de produção de drogas com nitazenos/opioides⁵ no estado de São Paulo⁶, o avanço de uso injetável de metanfetaminas e a prática do sexo químico conhecido como “chemsex”⁷, nos obriga enquanto sociedade a observar essas “novas práticas” e avançar com o que aprendemos desde os “anos 80” com a epidemia da aids, para que não percamos nossos jovens com antigos erros que custaram a vida de milhares de pessoas.

O “É de Lei” ocupa atualmente espaços como o comitê Pop Rua, o Conselho Nacional de Política sobre Drogas, é integrante do Movimento Paulistanos de Luta Contra a Aids (MOPAIDS), é organização membro da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD), e a partir de seus associados e dirigentes ocupa diversos espaços de pesquisa em instituições de ensino e de grupos de trabalho do governo com foco na mudança

das políticas de drogas e de aprimoramento das políticas de saúde e sociais relacionadas ao HIV/aids.

Entendemos que a política de drogas é compreendida como transversal e intersetorial na vida das pessoas, não apenas as que usam drogas, devendo, portanto, ser reconhecida por sua capacidade de integração com políticas de promoção e acesso a direitos.

A construção de uma sociedade justa e o alcance da meta 95 – 95 – 95⁸ do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e Aids (Unaids), se dá a partir da garantia do direito à singularidade, liberdade de escolha e acesso a informações seguras, cuidado adequado e prevenção combinada⁹ a toda população, inclusive às pessoas que estão em situação de rua e as que fazem uso de drogas. Redução de Danos Salva Vidas!

*** Michel de Castro Marques é Redutor de Danos e Assessor de Advocacy do É de Lei - Militante Antimanicomial e da Redução de Danos. Ana Luiza Uwai é jornalista e redutora de danos. Coordenadora Geral de Advocacy do Centro de Convivência É de Lei.**

1- O presente texto traz a opinião do Centro de Convivência É de Lei, organização da sociedade civil criada por pessoas usuárias de drogas e para pessoas usuárias de drogas em resposta à epidemia de aids que matava os nossos, muitas vezes agravada pela falta atuação do poder público em relação à temática. Seguimos até hoje atuando na defesa dos direitos humanos, muitas vezes denunciando a falha do poder público na nossa área de atuação.

2- Mais sobre a história do “É de Lei”, acesse o texto: Centro de Convivência “É de Lei” e a Redução de Danos: 22 anos do “baque ao crack”, publicado em 31 de dezembro de 2020 no Boletim do Instituto de Saúde – BIS <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34621/33194>

3- Texto “É de Lei” sobre Estigma – “Da Grécia à sociedade contemporânea, uma ferramenta de poder” - <https://edelei.org/estigma/>

4- Texto sobre a PPP Campos Elíseos - <https://edelei.org/ppp-campos-eliseos-afeta-cerca-de-800-moradores/>

5- Novos opioides sintéticos são encontrados como adulterante em drogas K <https://edelei.org/novos-opioides-sinteticos-sao-encontrados-como-adulterante-em-drogas-k/>

6- PF faz primeira apreensão de nitazenos no Brasil para produção de drogas – Ela estava em um laboratório para produção de entorpecentes em Mogi das Cruzes na Grande SP. <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2024/12/19/pf-faz-primeira-apreensao-de-nitazenos-no-brasil-para-producao-de-drogas.ghtml>

7- O que é Chemsex? Chemsex é um fenômeno relativamente novo que se distingue de outras práticas de uso de substâncias para fazer sexo <https://edelei.org/o-que-e-chemsex/>

8- As cidades de todo o mundo encontram-se em um momento importante e decisivo para o enfrentamento do HIV/Aids: acabar com a epidemia até 2030 <https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/istaid/263214>

9- Sobre Prevenção Combinada - <https://edelei.org/prevencao-combinada-do-hiv/>



mopaidsp.org.br

Fale com a gente:
mopaidsp@gmail.com

Siga nossas redes sociais
[@mopaidsp](https://www.instagram.com/mopaidsp)

